

RIALMA TRANSMISSORA DE ENERGIA V S.A. - CNPJ: 51.715.706/0001-70

Relatório da Administração

A Rialma Transmissora de Energia V S.A. ("Companhia"), subsidiária integral da Rialma Administração e Participações, tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao Lote 2, objeto de leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), composto pelas instalações localizadas nos setedros da Bahia e Minas Gerais: LT 500 kV Gentio do Ouro II - Bom Jesus da Lapa II C2 e C3 - CS, LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Jaiba C1 e C2 - CS e LT 500 kV Jaiba - Buritizeiro 3 C1 e C2 - CS, nos termos do Contrato de Concessão 007/2023 celebrado em 29 de setembro de 2023 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("Contrato de Concessão") e do Edital do Leilão ANEEL nº 01/2023 ("Edital"). O Projeto é composto pelas Instalações de Transmissão, nos termos do Contrato de Concessão, a seguir elencadas: (a) LT 500 kV Gentio do Ouro II - Bom Jesus da Lapa II C2; (b) LT 500 kV Gentio do Ouro II - Bom Jesus da Lapa II C3; (c) LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Jaiba C1; (d) LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Jaiba C2; (e) LT 500 kV Jaiba - Buritizeiro 3 C1; (f) LT 500 kV Jaiba - Buritizeiro 3 C2; (g) SE 500 kV Gentio do Ouro II; (h) SE 500 kV Bom Jesus da Lapa II; (i) SE 500 kV Jaiba; e (j) SE 500 kV Buritizeiro 3. A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida ("RAP") a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA com valores ajustados

emitidos pela ANEEL por meio de resolução homologatória. A RAP base definida no Contrato de Concessão é de R\$ 347.800.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões e oitocentos mil reais). Para o ciclo de 2024 - 2025 a RAP é de R\$ 374.436.090,04 (trezentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, noventa reais e quatro centavos) conforme definido na Resolução Homologatória nº 3.342/2024. O projeto está em fase de implantação e a previsão é que a entrada em operação comercial de todas as instalações de transmissão ocorra no segundo semestre de 2026, antes do prazo estipulado no Contrato de Concessão que é de 30 de março de 2029. A entrada em operação comercial das instalações de transmissão LT 500 kV Gentio do Ouro II - Bom Jesus da Lapa II C2 e C3, SE 500 kV Gentio do Ouro II e SE 500 kV Bom Jesus da Lapa II ocorre no mês de abril de 2025. A partir da entrada em operação comercial a Companhia passa a ter direito ao recebimento de aproximadamente 35% da RAP do Projeto. Em outubro de 2024, a Companhia realizou a emissão da 1ª Debentures Simples, não conversíveis em ações, em duas séries para distribuição pública no montante total de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). A primeira série, no valor total de R\$ 785.000.000,00 (setecentos e oitenta e cinco milhões de reais), foi integralizada e os recursos foram destinados à implantação de instalações de transmissão de energia elétrica relativas ao Lote 02 do Leilão nº 01/2023. A integralização da segunda série está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2025. Por estar em fase pré-operacional, não houve distribuição de dividendos nos exercícios de 2023 e 2024.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	482
Adiantamentos a fornecedores		72
Impostos a recuperar		776
Partes relacionadas	7	-
Outros Ativos		2.488
Despesas antecipadas		1.412
Ativo contratual de concessão	5	85.742
		90.972
Não circulante		
Despesas antecipadas LP		2.395
Partes relacionadas	7	842
Outros ativos LP		26
Ativo contratual de concessão	5	1.714.340
Imobilizado	6	83.706
		1.801.309
Total do ativo	1.892.281	181.305
Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Circulante		
Fornecedores e contas a pagar	8	191.500
Obrigações tributárias		21.999
Empréstimos e financiamentos	9	198.965
Dividendos a pagar	7	59.475
Juros pagos		471.939
		105.004
Não circulante		
Tributos diferidos	10	281.869
Debêntures	9	733.836
Outros passivos	7	29
		1.015.734
Total do passivo	1.487.673	122.137
Patrimônio líquido	12	
Capital social		213.664
Reserva de lucros		190.944
Total do patrimônio líquido	404.608	59.168
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.892.281	181.305

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 07 de agosto a 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais

	2024	07 de agosto a 31 de dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	234.461	15.958
Ajustes de:		
Tributos diferidos	264.743	17.126
Juros sobre empréstimos e financiamentos	60.992	1.105
Custos dos empréstimos e debêntures	(73.459)	-
Depreciação e amortização	5.102	-
Receita de implementação de infraestrutura	(1.507.292)	(87.265)
Receita de remuneração do ativo de concessão	(52.844)	(741)
Custo de implementação de infraestrutura	985.371	53.438
Variações no capital circulante		
Adiantamentos a fornecedores	7.278	(7.350)
Ativo contratual de concessão	(1.138.311)	(53.438)
Outros ativos e passivos	(2.295)	(4.779)
Partes relacionadas	74.545	(75.380)
Fornecedores	173.735	17.727
Obrigações tributárias	19.617	2.382
Caixa consumido pelas operações	(947.320)	(121.217)
Juros pagos	(40.837)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(988.157)	(121.217)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados	(88.808)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(88.808)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos captados	1.495.151	80.000
Aumento de capital	165.664	47.000
Amortização de empréstimos	(590.151)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.070.664	127.000
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.301)	5.783
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.783	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	482	5.783

exercício e recalculamos a margem de construção, incluindo inspeção documental dos custos incorridos em relação ao custo total estimado. Avaliamos precisão aritmética e as premissas relevantes relacionadas ao fluxo financeiro do respectivo contrato, tais como: (i) definição e aplicação das taxas de atualização financeira utilizadas; e (ii) informações sobre os estágios de construção de cada fase do contrato de concessão. Avaliamos a adequação das divulgações feitas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e estimativas realizadas pela administração em relação a esse assunto são consistentes com as informações e documentos obtidos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em qualquer caso a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entencimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. • Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças a nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Brasília, 31 de março de 2025. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP00160/F-5, Marcos Magnusson de Carvalho - Contador - CRC 1SP215373/O-9.

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 07 de agosto a 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais

	2024	07 de agosto a 31 de dezembro de 2023
Receita operacional líquida	13	1.415.824
Custos dos serviços prestados	14	(986.371)
Lucro bruto	429.453	26.427
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(5.477)	(63)
Outras despesas operacionais, líquidas	(580)	(217)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	423.396	26.147
Resultado financeiro líquido	15	(65.505)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	354.891	24.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(120.430)
Lucro líquido do exercício/período	234.461	15.958

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 07 de agosto a 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais

	2024	07 de agosto a 31 de dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	234.461	15.958
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	234.461	15.958

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 07 de agosto a 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de lucros	Total do patrimônio líquido			
	Total a integrar-subscrito	Integrado	Reserva legal	Reserva retenção de lucro	Lucros acumulados	patrimônio líquido
Constituição em 07 de agosto de 2023	240.000	(239.000)	1.000	-	-	1.000
Integralização de capital		46.000	46.000	-	-	46.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	15.958	15.958
Constituição de reserva legal	-	-	-	798	(798)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.790)	(3.790)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	11.370	(11.370)
Em 31 de dezembro de 2023	240.000	(193.000)	47.000	798	11.370	59.168
Integralização de capital		166.664	166.664	-	-	166.664
Lucro líquido do período	-	-	-	-	234.461	234.461
Constituição de reserva legal	-	-	-	11.722	(11.722)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(55.685)	(55.685)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	167.054	-
Em 31 de dezembro de 2024	240.000	(26.336)	213.664	12.520	178.424	404.608

Mônica Edwiges Merhy Alves Ramos Caiado - Diretora Presidente; Anderson Florentino de Paiva - Contador - CRC DF 022173/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Rialma Transmissora de Energia V S.A.: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rialma Transmissora de Energia V S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Ativo contratual de concessão (Nota 5): Conforme divulgado na Nota 5 às demonstrações financeiras, o ativo contratual de concessão totaliza R\$ 1.800.082 mil em 31 de dezembro de 2024 e foi reconhecido em contrapartida da receita de implementação da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração dos ativos de concessão. O ativo contratual de concessão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura de transmissão, que é remunerado pela Receita Anual Permitida (RAP). Os valores apurados requerem o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre a mensuração das obrigações contratuais de construir, operar e manter a infraestrutura, satisfetidas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos sob um modelo de longo prazo, a determinação dos dados e premissas incluem, entre outros elementos, a determinação de custos e consequentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade do contrato de concessão, taxas de atualização financeira (taxas implícitas) que equilibram o fluxo financeiro projetado e a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP). Consideramos essa área como foco de auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a utilização de diferentes premissas que podem modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados à mensuração do ativo contratual de concessão. Efetuamos a leitura do contrato de concessão e seus aditivos, quando aplicável. Obtivemos os cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo de concessão. Revisamos a metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo de concessão e a consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação ao anteriormente definidas. Testamos substantivamente os custos de construção do